

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

ENSINO SUPERIOR NOS TEMPOS DA PANDEMIA E DO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE): nosso suor sagrado é bem mais belo que esse sangue amargo 1

Tereza Cristina Pires Favaro² Joel Santo Lima³

RESUMO: A construção desta proposta se deu pela importância de problematizar o Ensino Remoto Emergencial (ERE) em tempos pandemia pela Covid-19 na Universidade Federal de Goiás, no Câmpus Goiás, como estratégia para a retomada do calendário acadêmico. A adesão ao ERE – um componente do EaD – não se deu passivamente e sem luta, vez que o momento histórico vem apontando o avanço do capital sobre a educação superior pública, desmoralizando-a, criminalizando o pensamento crítico e reduzindo o seu financiamento. A adesão ao ERE traz desafios à formação diante das desigualdades sociais e da não garantia da universalidade aos estudantes no acesso aos equipamentos tecnológicos para acompanhamento das aulas. Com isso, intensifica a formação aligeirada, precária, reforçando o viés elitista da educação superior. O estudo está respaldado nas fontes da teoria social crítica com utilização de revisão bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Educação Superior; Ensino Remoto Emergencial; Neoliberalismo; Formação Aligeirada.

ABSTRACT: The construction of this proposal was due to the importance of problematizing Remote Emergency Education (ERE) in times of a pandemic by Covid-19 at the Federal University of Goiás, at the Goiás Campus, as a strategy for resuming the academic calendar. Adherence to the ERE – a component of EaD – did not happen passively and without a struggle, since the historical moment has pointed to the advance of capital on public higher education, demoralizing it, criminalizing critical thinking and reducing its funding. Adhering to the ERE brings challenges to training in view of social inequalities and the non-guarantee of universality for students in accessing technological equipment to monitor classes. With this, it intensifies the lightened, precarious training, reinforcing the elitist bias of higher education. The study is supported by the sources of critical social theory using bibliographical and documentary review

³ Discente do Curso de Serviço Social UFG- Câmpus Goiás, membro do Centro Acadêmico Carlos Marighella















¹ Emprestado de Renato Russo, Tempo Perdido (1986)

² Assistente social, professora do Curso de Serviço Social UFG- Câmpus Goiás, mestre em Serviço Social, doutora em História



TRABALHO ALIENADO,
DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E
CRISE DE HEGEMONIA
Consciência de Classe e Lutas

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Keywords: College Education; Emergency Remote Learning; Neoliberalism; Lighter training

1 INTRODUÇÃO

A suspensão das aulas presenciais e sua consequente substituição por atividades não presenciais mediadas por tecnologias digitais enquanto durar a pandemia pela Covid-19 foi um arranjo para manter a "normalidade acadêmica" em um ambiente virtual excludente. Excludente porque o uso de tecnologias não alcança grande parcela dos estudantes das classes populares ingressos na universidade pública, essa que, historicamente, é ocupada por pequena fração da sociedade brasileira identificada por Freire como "elitista, autoritária e distanciada da realidade" (2020, p. 159).

A construção desta proposta se deu pela importância de problematizar, em tempos de pandemia, o Ensino Remoto Emergencial (ERE)⁴ na Universidade Federal de Goiás (UFG) no Câmpus Goiás. Ao eleger a reflexão sobre essa modalidade de ensino, é interessante situá-la nas suas dimensões histórica, econômica, sociopolítica e cultural. É fato que a universidade vem sendo desconstruída diante da contrarreforma neoliberal para a educação superior brasileira, que aprofunda o seu sucateamento, a negação da ciência, a exacerbação da homofobia, o racismo, a criminalização da pobreza e das lutas sociais. Desenvolver estudos, pesquisas e promover fóruns sobre a universidade e o trabalho produzido possibilitam alargar o conhecimento deste espaço e de sua comunidade no propósito de reafirmar o compromisso e a defesa da educação pública de qualidade como direito e da universidade autônoma, inclusiva, democrática, laica, antimachista, antirracista,

⁴Saliente-se: "o ensino remoto emergencial deve ser compreendido como um dos elementos do processo de contrarreforma da educação em curso no Brasil e em toda a América Latina" (FARAGE, 2020, p.55).

















THABALHO ALIENADO.

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

presencial, crítica, socialmente referenciada e em sintonia com as demandas da classe trabalhadora.

É nessa perspectiva que se constrói a indagação em torno do ERE e seus impactos à formação, reconhecendo-o como um fenômeno histórico componente do ensino à distância e afinado com o modelo de educação voltado aos interesses da globalização. Isso significa redução dos investimentos na área social e da responsabilidade assumida pelo Estado, ou seja, "encolhe[-se] o espaço público democrático dos direitos e amplia[-se] o espaço privado [...] onde não é admissível, no campo dos direitos sociais conquistados" (CHAUI, 1999, p. 1).

Vem daí a crescente expansão de cursos de ensino à distância, da privatização e do interesse do capital privado - os grandes conglomerados com atuação na educação buscam, no EaD, a possibilidade de redução de custo e aferição de lucros. Não por acaso a expansão da educação superior se materializa pela via do mercado, pela desqualificação de conteúdos formativos críticos, pela redução de investimentos em pesquisa, pela intensificação do trabalho docente e precarização da formação.

Isso reforça a pertinência e a atualidade do estudo sobre o ERE, tentando apreender seu alcance e suas implicações para a formação, para a não garantia de acesso universal aos estudantes e pela possibilidade de destituição da "educação de seu sentido mais pleno, qual seja, o da troca e construção coletiva no processo de ensino-aprendizagem" (ANDES, 2020, p. 8).

O estudo está respaldado nas fontes da teoria social crítica e em referenciais teóricos que discutem a educação superior, o ensino à distância, o ensino remoto emergencial, as tecnologias digitais de informação e comunicação e a sociabilidade burguesa.

As reflexões aqui empreendidas são provenientes do nosso exercício profissional docente, da nossa inserção como estudante do Curso de Serviço Social, Campus Goiás/UFG e de parte de um projeto de pesquisa em andamento, intitulado "Ensino Remoto Emergencial: a percepção da comunidade universitária sobre sua implementação nos cursos da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas - Regional Goiás/UFG", envolvendo revisão bibliográfica, documental e















pesquisa de campo, submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Hospital das Clínicas UFG/Ebserh, Parecer Consubstanciado n. 4.738.879, emitido em 27/05/2021.

2 O ERE e os desafios à formação: caminhando contra o vento sem lenço e sem documento ...eu vou ⁵

O Câmpus Goiás da Universidade Federal de Goiás encontra-se localizado na Cidade de Goiás, a 136 km de distância da capital Goiânia, com população estimada em 24.727 habitantes, segundo o censo demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Possui uma concentração de 24 assentamentos segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Em 2001, foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. Segundo Gonçalves (2013), uma localidade que, "ao mesmo tempo, convive com as heranças e ranços de uma cidade, muitas vezes esquecida pelo poder público como forma de manutenção do poder e da política vigentes." (2013, p. 273).

Conhecida por suas tradições regionais, destacam-se nela o Carnaval, a Procissão do Fogaréu, o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), Festival Gastronômico, igrejas, museus e outras expressões artísticas e culturais, que a tornam uma cidade turística. Ainda, é referência na Região do Vale do Rio Vermelho por suas Instituições de Ensino Superior: Instituto Federal de Goiás (IFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Universidade Federal de Goiás (UFG), o que lhe cede a potencialidade de uma cidade universitária também além de turística.

É nesse contexto que se insere o Câmpus Goiás/UFG, com 866 estudantes, dos quais 500 são do sexo feminino e 366, do sexo masculino; 325 são pardos, 276 brancos, 153 não quiseram declarar, 91 pretos,11 amarelos, 9 indígenas e 1 não informado. Segundo os dados do Portal Analisa/ UFG,75% ingressaram pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) e 83% são estudantes de baixa renda, com renda percapita de até 1,5 salário-mínimo (SM)⁶.

⁵ Emprestado de Caetano Veloso, "Alegria, alegria" (1968)















Desde março de 2020, o Câmpus Goiás, assim como outras instituições federais, encontra-se com as atividades presenciais suspensas. Diante da decretação, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), do estado de pandemia provocado pela Covid-19 e a necessidade de isolamento social como estratégia para contenção do vírus, o Ministério da Educação (MEC) autorizou, pela Portaria n. 343, de 17 de março, que as classes presenciais fossem substituídas por meios digitais em universidades federais e nas instituições privadas de ensino superior. Com isso, as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) aderiram ao Ensino Remoto Emergencial (ERE) como alternativa à retomada do calendário acadêmico. A UFG realizou espaços de consulta à comunidade acadêmica sobre essa retomada via ERE e criou um Grupo de Trabalho (GT) para estudo e análise do uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) nas atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão⁷. Também realizou pesquisa sobre o acesso às tecnologias para conhecer a realidade da comunidade acadêmica8. Para a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS),

> [...]O debate das condições para o Ensino Remoto Emergencial não se reduz ao acesso à rede de internet e à disponibilidade de telefone celular e/ou demais equipamentos. É preciso considerar todos os efeitos da desigualdade social combinados à crise sanitária e econômica [...] (ABEPSS, 2020).

Nota-se pressão de parcela da comunidade acadêmica/UFG para a retomada do calendário acadêmico/2020 com adesão ao ensino remoto. Na particularidade da instituição, no entanto, o ERE com o uso de tecnologias digitais de comunicação e informação (TDICs) foi aprovado em caráter temporário pelo Conselho Universitário, sem que se alargasse uma discussão a seu respeito, i. e., foi aprovado às pressas:

> Não houve, porém, efetivo debate, uma vez que na maior parte dessas instituições a aprovação das propostas aconteceu de forma aligeirada, sem tempo hábil para o debate, o estudo e a maturação necessária para o planejamento desse período absolutamente excepcional (FARAGE, 2020, p. 56 e 57).

Disponível em: https://www.ufg.br/n/126831-participe-da-pesquisa-sobre-acesso-as-tecnologias-naufg.















⁷Disponível em: https://reitoriadigital.ufg.br/n/126832-ufg-estuda-o-uso-de-tecnologias-em-atividadesacademicas-durante-pandemia.



Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

A adesão ao ERE não se deu passivamente e sem luta. Na contramão do processo, o movimento estudantil, os docentes e os trabalhadores em educação vinculados à UFG resistiram e combateram tanto a adesão quanto sua implantação. Empreenderam reflexões e análises sobre esse formato de ensino, seu significado, contradições e suas consequências para a educação à luz dos moldes capitalistas, concluindo que ele nada mais é que um desdobramento do EaD. De mais a mais, pela sua forma e conteúdo, expõe a complexidade do real, vez que não atende, na totalidade, às necessidades estudantis, dado que 76% das/os estudantes provêm de famílias de baixa renda⁹. São preocupantes a precarização da formação diante das desigualdades no acesso às tecnologias, a diferença entre aqueles com maiores dificuldades de aprender e a importância do acesso ao aprendizado de forma igualitária, incluindo estudantes com deficiência. É nítido que discentes de baixa renda encontram-se cerceados no acesso às TDICs e a uma rede de internet de qualidade que atenda às demandas do ERE. Ou seja, no contexto pandêmico, a realidade da desigualdade se intensifica.

Na maior parte das vezes, a utilização da tecnologia encontra-se vinculada à satisfação dos interesses de grupos e elites dominantes contribuindo, em grande medida, para intensificar processos relativos ao aumento da acumulação. (VELOSO, 2007, p. 12).

O ensino superior público brasileiro é, notadamente, presencial, sendo possível identificar experiências do Ensino a Distância (EaD) na pós-graduação *lato sensu* ou cursos de especialização, assim como na extensão. Só recentemente elas apareceram em alguns cursos de graduação¹⁰. Isso porque a EaD

¹⁰Portaria MEC n. 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que amplia a carga horária na modalidade de Ensino à Distância em cursos de Graduação presenciais pelas IFES, porcentagem de 20% para 40%. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913, Acesso em 16 de junho de 2021.















⁹Relatório de gestão da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/93/o/RELATORIO_PRAE_2019.pdf?1603821505. Acesso em 13jul 2020

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

[...] refere-se, fundamentalmente a uma modalidade de ensino mediada por tecnologias que permitem que o professor e o aluno estejam em ambientes físicos diferentes e que permite ao estudante criar seu próprio horário para estudar. Em geral, a presença do aluno é requerida apenas para a realização das provas. Nessa forma de ensino cabe ao aluno gerenciar seu próprio aprendizado, tendo autonomia para estudar e "assistir" às aulas de acordo com seu tempo disponível (ANDES, p. 11).

Destarte, essa é uma conjuntura de crise do capital agravada pela pandemia, com impactos na sociabilidade, nas relações de trabalho e familiares, além de intensificar a política neoliberal e o projeto privatista para as políticas públicas de ataques às universidades públicas imposto pelo atual governo, que se apoia no negacionismo, na tentativa de desmoralização da educação pública, na criminalização do pensamento crítico e nos cortes constantes do orçamento. Nessa direção, para Sousa (2021), há contradições no processo de democratização do acesso e da permanência no ensino superior. Veja-se que a implementação de programas - como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) - possibilitou alterações no ensino superior, com ampliação do número de vagas nas universidades brasileiras, públicas e privadas, bem como o desenvolvimento de políticas de ação afirmativa, as cotas sociais, assegurando o acesso dos filhos da classe trabalhadora à universidade pública, em especial os estudantes egressos da escola pública. Não há como negar conquistas significativas nessa ampliação de cursos e vagas, viabilizando o acesso da população parda/preta, pobre e periférica, indígena, quilombola, camponesa, LGBTQI+ e pessoas com deficiência (PcD) de ordem física, visual, auditiva e mental ao ensino superior. Todavia, não se pode perder de vista que essas medidas normativas endossaram

[...] a regulamentação das parcerias entre as instituições públicas e fundações de direito privado; a instituição de normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública; a regulamentação do ensino a distância; a ampliação de ações das fundações de direito privado nas instituições públicas; a ampliação do financiamento estudantil, através de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior (SILVA, 2018, p. 10).















Tais medidas impulsionaram a expansão do ensino privado. Entretanto, em relação ao ensino superior público, essa expansão, sem financiamento adequado, não acompanhou a efetiva condição de permanência do estudante nos cursos, dada através de bolsas, moradia estudantil, refeitório, transporte, biblioteca, apoio para estudantes com deficiência física, atendimento médico-odontológico, apoio psicológico e outras ações que podem ser pensadas para respaldar o estudante durante a sua passagem pelo ensino superior.

Para Santos e Marafon (2016), :a seletividade impera na Política de Assistência Estudantil, que ficou sem meios para a garantia plena de acesso dos estudantes de baixa condição socioeconômica aos programas de assistência, que não atendem, por vezes, às suas necessidades mínimas. Frente ao descompasso em garantir as efetivas condições de permanência, as instituições de ensino superior são obrigadas a lançar mão de editais de seleção para o acesso a direitos, como alimentação, moradia, entre outros, que deveriam ser universais.

> Assim, é nítido que o alcance da assistência estudantil é limitado diante da política orçamentária restritiva imposta pelo Estado brasileiro. Portanto, não atende os estudantes, em suas especificidades enquanto sujeitos em formação (SOUSA, 2021, p. 36).

Isso significa, na retomada do calendário acadêmico pela via remota, a possibilidade de agravos na saúde mental da comunidade acadêmica, de intensificação do trabalho, de precarização da formação diante das desigualdades no acesso às tecnologias, de acentuação da diferença entre aqueles com maiores dificuldades de aprender e do acesso igualitário, inclusive dos estudantes com deficiência.

O ERE vem sendo questionado pela ABEPSS, que vem travando importantes debates críticos dessa modalidade e dos encaminhamentos descabidos, que reforçam a desigualdade social e incentivam a evasão e a elitização do ensino

> Neste cenário, a disputa entre projetos estruturais se fortalece. Algumas das soluções propostas por gestores para a dificuldade de acesso de discentes ao ensino remoto é indicar que a/o estudante tranque sua matrícula e, quando houver o retorno presencial, volte a cursar a faculdade. De fato, essa indicação revela uma concepção de universidade. Quem pode participar do

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

ensino remoto? Novamente, as pesquisas da TIC indicam que os setores com maior acesso estão no espaço urbano e nas classes A e B. Quem tem equipamento adequado, programas de dados excelentes, condição de infraestrutura para estar nas atividades virtuais. E quem são esses? Os cotistas? Ou aqueles a quem a estrutura familiar já permite acesso a tudo isso de maneira adequada? Para quem seria essa universidade moldada no ensino remoto? (ABEPSS, 2021, p. 14).

Assim, certos desafios acompanham o processo. Sejam eles: a transposição dos conteúdos das aulas presenciais, a conexão de uma internet de má qualidade, a falta equipamentos ou o compartilhamento de um único celular/computador com outros membros da família, assim como ausência de espaço compatível para receber as aulas remotas. E há os que incluem discentes, mas também docentes: gastos contraídos com energia, assistência técnica ou aquisição de novos equipamentos, cuidado de familiar adoecido, estudantes realizando trabalhos informais para completar a renda da família. Castione (2021, p. 411 - 412) evidencia que "os estudantes mais afetados são aqueles que já se encontram em desvantagens de oportunidades em razões de condições econômicas e sociais piores do que de alunos com acesso ao ensino remoto."

Em meio à pandemia e ao ensino remoto, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Goiás (Prae/UFG) ainda realizou ajustes nas ações de assistência estudantil, efetuando substituição de bolsa com a criação de uma nova de valor inferior, impossibilitando o seu acúmulo e reduzindo o seu critério seletivo de renda per capita de 1,5 salários-mínimos para 1 salário-mínimo. Com isso, intensificou o processo de exclusão de estudantes por obstrução do acesso ao recurso financeiro e à garantia de permanência no curso de graduação. Em síntese, das ações desenvolvidas pela PRAE, destacam-se: o plano emergencial de conectividade (valor de 500\$ para compra de equipamento); pacote de dados (recurso financeiro de 100\$/chip, que não responde às demandas exigidas do ensino remoto emergencial); empréstimo e aquisição de equipamentos; UFGid (doação) e alimentação emergencial.

Cabe considerar que medidas que utilizam editais de seleção evidenciam a desigualdade de acesso e a exclusão de um número significativo de estudantes aos















recursos que essa modalidade de ensino exige, comprometendo o acompanhamento das aulas e reforçando a precarização da formação.

Por certo, o uso constante de tecnologias com as quais nem todos estão familiarizados, a incerteza do acesso e do bom manejo das ferramentas digitais por parte dos alunos com deficiência, a exposição contínua à tela de computador amplia a possibilidade de adoecimento físico e mental, com sérios agravantes ao desempenho pessoal e acadêmico.

É preciso destacar que a vivência cotidiana do estudante — não somente da UFG — é marcada por diferentes expressões da questão social, acrescidas de tantos outros agravantes, como as condições de permanência, o preconceito, o racismo, a homofobia, o desempenho acadêmico, as relações com colegas e professores. Enfim, plausíveis de corroborar o adoecimento físico e mental e a sua demanda de apoio institucional para assegurar sua permanência no ensino superior, conforme pontua um estudo de Sousa (2021), que reflete sobre a realidade estudantil da UFG a partir do Programa de Assistência Estudantil de apoio à saúde mental dos estudantes, conduzido pelo Programa Saudavelmente. 11 Segundo o estudo, muitos estudantes já chegam à universidade adoecidos.

> Questões econômicas, sociais, de raça, são consideradas determinantes estruturais de saúde, pois geram estratificação social. Se a posição social das pessoas determina suas oportunidades de saúde, cabe à Universidade, que acolhe pessoas em posições sociais as mais diversas, garantir, pelo menos no que diz respeito a suas iniciativas, um acesso equânime de todas essas pessoas às suas iniciativas em prol da saúde (ACCORSI, 2015, p. 63).

Não se nega a importância das tecnologias de informação e comunicação, com as quais, remotamente, é possível realizar reuniões, lives ou eventos. Todavia,

> [...] defende-se a incorporação desse recurso de forma subordinada aos princípios e valores existentes no projeto ético-político profissional, visando evitar uma utilização pautada na lógica da racionalidade instrumental, em que o tecnicismo se sobrepõe à competência crítica (VELOSO, 2010, p. 517).

¹¹Programa Saudavelmente/UFG é uma estratégia de permanência do estudante no ensino superior prevista pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pela Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007).

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Dessa sorte, vale lembrar o lugar desse tipo de formação frente ao compromisso com a educação pública de qualidade como direito e emancipadora, isto é

[...] em uma realidade em que há mais de 4,5 milhões de brasileiros sem [...] acesso à internet banda larga e mais de 50% dos domicílios da área rural [também sem] acesso à internet. Uma realidade em que 38% das casas não possuem acesso à internet e 58% não têm computador (ANDES, 2020, p. 14).

Tais dados do ERE reforçam as desigualdades estruturais históricas brasileiras e não garantem a universalidade de acesso aos recursos tecnológicos por parte dos alunos. Tomando-se como referencial as análises desenvolvidas por Sousa Filho (2019) sobre o acesso e democratização das tecnologias de informação na UFG/Câmpus Goiás, têm-se desafios de toda ordem: as desigualdades, os constrangimentos e o processo excludente imposto aos estudantes, corroborando a importância do debate crítico não somente por parte das instituições de ensino, mas de toda a sociedade, vez que os determinantes atingem "[...] as dimensões econômicas, sociais, geográficas, geracionais e culturais, trabalho e renda, a riqueza socialmente produzida, dentre outras" (p.52).

Importa observar que o uso da tecnologia remonta à Inglaterra do século XVIII, introduzido no processo produtivo para assegurar a intensificação da produtividade e a acumulação do capital, alterando as relações de trabalho, ampliando a exploração da classe trabalhadora — e, consequentemente, o seu adoecimento diante das precárias condições de vida e trabalho —, aprofundando as desigualdades sociais e agudizando a questão social. Sousa Filho (2019) situa o estranhamento dos discentes em relação ao uso das tecnologias de informação e comunicação como mediação no processo formativo. Para eles, tais recursos estão associados ao lazer: ouvir música, assistir a filmes, bater papo e jogar.

O que fica evidente na adesão ao ensino remoto é que, para a maioria das pessoas, sua implementação é algo temporário e de excepcionalidade. Só que não é bem assim. Tratar do ensino remoto requer associá-lo às mudanças em curso no

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

ensino superior brasileiro, engendradas por um projeto histórico mais amplo de molde neoliberal, introduzido no Brasil a partir da década de 1990 e que

[...]se associa diretamente com a dinâmica atual do capital em crise que necessita expandir seus mercados, e, na particularidade brasileira, se adensa à redução do Estado na execução das políticas sociais, ao desfinanciamento e às parcerias público-privadas, impulsionando a privatização no interior das universidades públicas, o aprofundamento do empresariamento da educação superior e a lógica dominante de aligeiramento e massificação da formação (MELIN e MORAES, 2021, p. 201).

De maneira que se faz necessário empreender uma leitura da realidade das IFES, de forma crítica, para além das aparências, captando o movimento do real na perspectiva de compreender o alcance da reconfiguração da estrutura e do projeto de educação imposto pelo Ministério da Educação, orientado pelos organismo internacionais - Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização das Nações Unidas a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) -, muitas vezes despercebido por parcela significativa da comunidade universitária. Basta, para tanto, entender o Relatório do BM intitulado "Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil", de 2017, a aprovação da Emenda Constitucional 95 (conhecida como teto dos gastos) e a proposta de imposição do Projeto *Future-se*, derrubada em 2016 por meio de luta e pressão - todos elementos que reforçam as intenções do Ministério da Educação por um projeto de mercantilização da educação superior.

Nesse sentido, o ponto de partida para a apreensão da realidade acadêmica deve ser identificar os movimentos e projetos políticos internos que sustentam (promovem a adesão a) esse modelo de educação mercadológica e antipopular, evidenciado em 2020 e intensificado em 2021, com a aprovação desde o Ensino Remoto Emergencial (ERE), que abriu precedentes para a aprovação das Atividades Práticas Emergenciais (APEs) — devemos estar atentos às terminologias criadas., pois são estratégias, segundo Rosa et al (2021, p. 61): "(termo utilizado com a intenção de diferenciá-lo do EaD) uma saída emergencial para assegurar a oferta de disciplinas durante a pandemia."

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Também faz parte disso a aprovação do semestre acadêmico de 90 dias¹² mantido o formato remoto —, proposta vivenciada no ano de 2017 na instituição, com prejuízos significativos na qualidade do processo formativo. Diante de uma experiência de ensino-aprendizagem já efetuada de forma aligeirada na graduação presencial, fica nítido que os enfrentamentos da modalidade remota se intensificam e as adequações institucionais seguem afinadas com as propostas vigentes do Fórum de Bolonha, com presença efetiva do Brasil desde 2009. A Declaração de Bolonha, firmada em 1999 por ministros da educação europeus, com o objetivo de estimular a competitividade internacional do ensino superior europeu, estruturou um modelo gerencial de educação/universidade pautado no empreendedorismo, i.e., um modelo de viés mercadológico, avesso ao pensamento crítico, dentre outras especificações (BOSCHETTI, 2015).

Assim, a Universidade se adequa aos ditames do capital via políticas de austeridade, redução do tempo de permanência na graduação, intensificação do processo de exclusão das classes populares à educação superior e atendimento somente de demandas da parcela de estudantes que reúne as condições objetivas de permanência na instituição. E adere à Declaração de Bolonha, que se caracteriza pela mercantilização da educação superior, voltada ao mercado de trabalho e não à transformação e emancipação dos sujeitos.

Anote-se ainda que o momento atual reforça o avanço do conservadorismo, avesso à luta, ao debate de temas que envolvem o cotidiano universitário, que criminaliza as lutas sociais em defesa da educação pública.

> É assim, em meio ao agravamento da conjuntura, que o governo federal, aproveitando-se da pandemia, que limita os atos e movimentos de rua e, portanto, a possibilidade de resistência da comunidade acadêmica e que defende o isolamento social, lança mão do ensino remoto emergencial, como uma estratégia para buscar a "naturalização" da educação mediada pela tecnologia. Essa estratégia não pode ser considerada nova, mas certamente é ainda mais rebaixada do que a proposta da educação terciária do Banco

¹²Calendário Acadêmico aprovado no Conselho Universitário da UFG. Resolução nº 82, de 28 de maio de 2021, referente ao período letivo 2021.1 - início em 26/07/2021 e término em 11/11/2021; 2021.2 -06/12/2021 término em 14/04/2022. Disponível https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/90/o/Resolucao_2109103_Resolucao_CONSUNI_2021_0082.pdf . Acesso em 22 de julho de 2021.















Mundial e demais organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Unesco. (FARAGE, 2020, p. 53).

Diante do cenário pandêmico e do necessário distanciamento social, pautas importantes, como as do ERE e das APEs, vêm sendo aprovadas em tempo hábil sem um amplo debate junto à comunidade acadêmica. Ao contrário, a intensificação do trabalho docente e as demandas de ensino e de pautas que requerem a participação de representação estudantil vêm marcadas por discussões aligeiradas, que não possibilitam o amadurecimento das reflexões e das respectivas propostas. Desse modo, nas palavras de Chauí (1999, p.4), a universidade voltada para o conhecimento deu lugar à universidade funcional, direcionada "[...] para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho". Tais condições desafiam a universidade a adaptar-se ao mercado de trabalho, alterando currículos, programas e atividades para assegurar a inserção profissional dos seus estudantes no mercado.

Por certo, afirma lamamoto (2014), têm se a redução do grau da autonomia universitária e a consequente redução da autonomia docente, o incentivo ao produtivismo, o aligeiramento de uma formação profissional que distancia, cada vez mais, a docência e a pesquisa, a subordinação da educação superior à lógica da lucratividade e a excessiva carga horária em sala de aula, contrapondo-se todos ao tripé ensino-pesquisa-extensão, fundamental à educação de qualidade, articulada às demandas sociais e resultante do diálogo com distintos setores da sociedade.

3 CONCLUSÃO

Partiu-se do pressuposto de que o Ensino Remoto Emergencial é um desdobramento do EaD, o que evidencia a possibilidade de intensificação do trabalho e a precarização da formação diante das desigualdades no acesso às tecnologias, da diferença entre aqueles com maiores dificuldades de aprender e da importância do acesso de forma igualitária, inclusive dos estudantes com deficiência.

Evidenciou-se que as discussões referentes ao ERE devem ir além das ações desenvolvidas pela instituição: o acesso aos equipamentos tecnológicos e a uma rede















de internet que contemple os diversos enfrentamentos dos estudantes diante da impossibilidade de acesso a essa tecnologia; as dificuldades pedagógicas impostas pelo ERE e o risco de precarização e aligeiramento da formação; o acesso à assistência estudantil diante dos cortes no orçamento do Pnaes; e o adoecimento físico e mental tensionado por desafios pessoais e acadêmicos.

Ressalte-se a ausência de acompanhamento institucional à realidade do ERE, acompanhamento que se faz necessário por meio de estudos e pesquisas para conhecer a realidade da comunidade acadêmica e distanciar-se de produções de caráter apenas quantitativos, que culpabilizam docentes e estudantes pela ausência de aproximação, conhecimento e permanência no processo de ensino-aprendizagem mediado pelas tecnologias. Da mesma maneira, apreender o movimento interno institucional na direção de uma educação voltada para o capital.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial.** Brasília, maio de 2021.

_____. Trabalho e Ensino Remoto Emergencial. Brasília, 2020.

ACCORSI, Michela Ponzoni. **Atenção psicossocial no ambiente universitário:** um estudo sobre a realidade dos estudantes de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 105 p., 2015.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do Conservadorismo na Formação Profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CASTIONE, REMI *et al.* **Universidades Federais na pandemia da Covid-19:** acesso discente à internet e ensino remoto emergencial. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.29, n.111, p. 399-419, abr./jun. 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ensaio/a/53yPKgh7jK4sT8FGsYGn7cg/. Acesso: 27 jul 2021.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Nota das entidades sobre o trabalho e ensino remoto emergencial**. 2020. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/1NotaForumNacional2020.pdf. Acesso: 01 de maio de 2021.















DA ROSA, L. B. P *et al.* Notas sobre trabalho e Ensino Remoto Emergencial no contexto da Pandemia de Covid-19: perfil docente do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras da Universidade Federal Fluminense. **Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros (MG), v. 5, n.2, jul./dez. 2021. ISSN 2527-1849. p. 57-83. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/4100/4339. Acesso: 26 jul 2021.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 48-65, jan./abr. 2021. Disponível em:https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n140/0101-6628-sssoc-140-0048.pdf. Acesso: 18 jul 2021.

FREIRE, Paulo. In: FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). **Pedagogia da tolerância/Paulo Freire.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

GONÇALVES, Carla Agda. **O Programa Reunl**: significados e ressonâncias da implantação do curso de Serviço Social da UFG/CCG – 2008/ 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2013, 401p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) **CENSO DEMOGRÁFICO** 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html Acesso: 10 jul 2021.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014

MELIM, Juliana Iglesias; MORAES, Lívia de Cássia Godoi. Projeto neoliberal, ensino remoto e pandemia: professores entre o luto e a luta. **Revista Germinal**: **Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.198-225, abr. 2021.

SANTOS, Claudia Priscila Chupel dos; MARAFON, Nelize Moscon. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 408 - 422, ago./dez. 2016.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (ANDES). Projeto do capital para a educação: o ensino remoto e o desmonte do trabalho docente. **Cartilha ANDES-SN**, Brasília, v, 4, 2020.

SOUZA, Andreza Cândida de. **Saudavelmente:** uma experiência de saúde mental aos estudantes no contexto da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Goiás. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Goiás -



















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

Regional Goiás. Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Bacharelado em Serviço Social, Goiás, 2021.

SOUSA FILHO, Joaquim Edson. **Serviço Social**: acesso e democratização das Tecnologias de Informação e Comunicação na Universidade Federal de Goiás/Regional Goiás. Monografia (Graduação) - Universidade Federal de Goiás - Regional Goiás. Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Bacharelado em Serviço Social, Goiás, 2019.

VELOSO, Renato. **As potencialidades contraditórias das tecnologias de informação** (2007). Disponível em: http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_09/contemporanea_n9_09_rveloso.pdf. Acesso: 03 mai 2021.













